

HABEAS CORPUS Nº 502.437 - RS (2019/0095013-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DOUGLAS ABRAO PINTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de DOUGLAS ABRAO PINTO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação n. 0206228-70.2018.8.21.7000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 14 da Lei n. 10.826/2003, à pena de 2 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais 15 dias-multa (e-STJ fls. 11/24).

Irresignada, a defesa apelou, tendo sido negado provimento ao recurso em acórdão cuja ementa foi definida nos seguintes termos (e-STJ fl. 48):

ARMA DE FOGO. ART. 14 DA LEI 10.826/03. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PROVAS DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE. — LEGÍTIMA DEFESA INEXISTENTE. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA NÃO CONFIGURADA. EMENDATIO LIBELLI. REGIME PRISIONAL. SÚMULA 269 DO STJ. CONDENAÇÃO MANTIDA.

1. O porte irregular de arma de fogo é crime de perigo abstrato e de mera conduta, mostrando-se prescindível a demonstração de perigo concreto. Precedentes. Na esteira do entendimento dos Tribunais, em especial o Supremo Tribunal Federal, não são inconstitucionais os crimes de perigo abstrato, a exemplo daqueles previstos na Lei 10.826/03, que teve sua constitucionalidade assentada na ADI 3.112/DF.

2. As provas apontam claramente que o réu portava arma de fogo em via pública, em desacordo com determinação legal ou regulamentar. O relato apresentado pelos policiais que efetuaram a apreensão foi firme, descrevendo com clareza as circunstâncias envolvendo o fato, não deixando dúvida sobre a sua existência.

3. A alegação de que o porte de arma tinha por finalidade a defesa do

acusado não é razão para exculpá-lo do fato narrado. Apenas em situações onde concretamente se vislumbre que a limitação do direito de portar arma tenha impedido ao cidadão a defesa de um direito de estatura constitucional, que poderá ser dogmaticamente enquadrado como estado de necessidade ou outra excludente de ilicitude ou culpabilidade, comprovando-se que a proteção pelo Estado foi negada ou, de algum modo, restou impossibilitada, é que será possível o acolhimento da tese trazida pela Defesa. Não é o que se verifica no caso dos autos.

4. Compete ao Juízo da origem definir a pena adequada ao caso, comportando alteração, em grau de recurso, apenas em situações em que a modificação não for arrazoada, proporcional ou contrariar disposição legal ou preceito constitucional. Caso concreto em que a pena está adequada.

APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

Neste *writ*, aduz a impetrante, em linhas gerais, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão de ilegalidade na fixação do regime fechado para o início de cumprimento da reprimenda.

Afirma que "*o paciente tem o direito de regime semiaberto, pois de acordo com a Súmula 269 STJ ainda que reincidente o paciente poderá ter o referido regime quando as circunstancias forem favoráveis, o que ocorreu no caso em tela*" (e-STJ fl. 4).

Requer, inclusive liminarmente, a fixação ao paciente de regime menos gravoso para o início de cumprimento de sua pena.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 67/69).

Ouvido, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não cabimento do *habeas corpus* (e-STJ fl. 113).

É, em síntese, o relatório.

No caso, as instâncias de origem estabeleceram a pena-base acima do mínimo legal, considerados os maus antecedentes do réu, e aumentaram a sanção, na segunda etapa da dosimetria, tendo em vista a reincidência do acusado. Nesse tear, fixaram o regime fechado para o início do cumprimento da pena, diante do histórico criminal do sentenciado, entendendo que "*as anteriores condenações, assim, não serviram para dissuadi-lo de, novamente, praticar a conduta reprochada*" (e-STJ fl. 59).

Assim também me parece.

Isso porque, embora a sanção aplicada não ultrapasse 4 (quatro) anos de reclusão, a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis somada à reincidência do réu impedem a aplicação do disposto no enunciado 269 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. FURTO TENTADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. MAUS ANTECEDENTES E PERSONALIDADE VOLTADA PARA A PRÁTICA DE DELITOS. CABIMENTO. PENA INFERIOR A 4 ANOS. RÉU MULTIRREINCIDENTE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 269 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

- É cabível a adoção do regime prisional fechado aos reincidentes condenados à pena igual ou inferior a 4 anos se desfavoráveis as circunstâncias judiciais. Inaplicabilidade do Enunciado n. 269 da Súmula do STJ.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 324.787/SC, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJSP, SEXTA TURMA, DJe 22/03/2016, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS. REGIME INICIAL FECHADO. LEGALIDADE. SÚMULA N. 269 DO STJ. REINCIDÊNCIA E MAUS ANTECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. É válida a imposição do regime inicial fechado ao réu reincidente que teve a circunstância judicial considerada desfavorável, mesmo quando condenado a pena inferior a 4 anos. Súmula n. 269 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgInt no HC 323.418/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 21/06/2016,

grifei.)

Ante o exposto, **denego a ordem de *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

